

Documento para o Grupo Internacional de Revisão dos Princípios e Critérios do FSC para plantações de árvores

Introdução

O FSC-Brasil tomou a iniciativa para organizar um encontro em Belo Horizonte no dia 18 de outubro de 2005 com o objetivo de coletar contribuições para o processo global de revisão dos princípios e critérios de certificação para plantações de árvores pelo FSC.

Quatro representantes de entidades (CAA, Núcleo Amigos da Terra/RS, CEPEDES, FASE/ES), que compõem a Rede Alerta contra o Deserto Verde, foram convidadas para participar deste encontro. Durante o encontro, estes representantes defenderam a proposta de que seria fundamental para este processo ouvir as comunidades impactadas por plantações de árvores, certificadas e não-certificadas pelo FSC. Defendemos a opinião de que é de fundamental importância que comunidades que vivem próximas às plantações sejam ouvidas no processo de revisão para que o FSC possa aprender com a experiência de quem tem ficado sistematicamente ausentes dos debates sobre os princípios e critério de certificação FSC e nos próprios processos de certificação FSC. Ressaltamos que embora estivéssemos presentes na reunião, embora a posição de nossas entidades é a de estarmos juntos, nós não poderíamos estar falando por elas naquele espaço.

Propomos então a realização de três (03) encontros, um (01) em cada estado onde há mais concentração de plantações (Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia), tendo inclusive áreas com plantações certificadas pelo FSC. O FSC concordou com esta proposta mas afirmou que não tinha fundos para financiar o transporte e a alimentação. Por isso, foi feito um pedido nesse sentido ao Grupo Internacional do Processo de Revisão. Em janeiro de 2006, recebemos uma resposta positiva da secretaria executiva do FSC-Brasil, informando que os encontros poderiam ocorrer nos dias 6, 8 e 10 de março. Porém, o FSC-Brasil discordou de alguns pontos da nossa proposta, sugerindo então que fizéssemos:

- (1) dois encontros em vez de três, e;
- (2) apenas encontros em municípios com plantações certificadas pelo FSC.

Concordamos com a proposta (1) mas discordamos da proposta (2) por questões práticas, mas nos comprometemos a convidar e garantir para os encontros representantes de comunidades que convivem com plantações de árvores certificadas pelo FSC, o que plenamente atenderia a preocupação do FSC-Brasil em ter este público presente.

Infelizmente, o diálogo com o FSC não chegou à realização em conjunto dos 2 encontros propostos e explicamos aqui por que: desde janeiro deste ano, nosso objetivo era realizar os encontros no próprio mês de março, já que soubemos, através da companheira Jutta Kill que é membro do Grupo Internacional de Revisão, da importância do resultado dos encontros chegar ao Grupo Internacional de Revisão antes da sua próxima reunião marcada para os dias 5 a 7 de abril. Nessa reunião, entendemos que o Grupo pretenderá elaborar um documento final do seu trabalho, aproveitando as contribuições dos vários países, inclusive a do Brasil.

Mas o FSC-Brasil alegou que, primeiro, nenhum conselheiro teria mais agenda para participar dos encontros em março e, segundo, que não teria problema se nossa contribuição (relatórios dos encontros de consulta às comunidades) chegasse depois dessa reunião do dia 5 a 7 de abril, afirmando que isso foi informado explicitamente pelo coordenador geral do processo de revisão, Sr. Anders Lindhe. Registramos com muita ênfase aqui que, posteriormente, o Sr. Anders admitiu que a orientação dele era incorreta.

Demonstramos aqui nossa grande frustração com este processo, inclusive das comunidades que estavam sendo mobilizadas para participar dele. Lamentamos muito a postura da secretaria do FSC-

Brasil de fechar totalmente a possibilidade de realizar os encontros no mês de março a menos de duas semanas da data que havia sido previamente agendada, e também com a postura do coordenador internacional do processo, Sr. Anders Lindhe, que não passou informações corretas para o FSC-Brasil, e tampouco dando o devido valor à nossa proposta.

A Reunião no Norte de Minas Gerais

Dado este impasse, decidimos então, mesmo sem recursos do FSC, reunir pessoas de comunidades impactadas pela monocultura de eucalipto na região Norte de Minas, o que aconteceu na comunidade de Canabrava – município de Guaraciama e vizinho do município Bocaiúva, Minas Gerais, para debater a proposta de rever a certificação de plantações de árvores e coletar suas contribuições. Vale destacar que nestes municípios encontram-se uma das maiores plantações certificadas pelo FSC da empresa V&M Florestal. A reunião aconteceu no dia 25 de março de 2006 e participaram 31 pessoas, sendo dezessete (17) da comunidade de Canabrava e os outros 14 como representantes e de comunidades da região do Alto Rio Pardo, do STR de Rio Pardo de Minas, Montes Claros, além de pessoas da CPT, CAA, Setor de Educação do MST, NASCer, Professora e três (3) estudantes de geografia da UNIMONTES e da FUNORTE. Entre os participantes, 11 eram mulheres e 20 eram homens.

A reunião iniciou às 14:00 horas e foi colocado que o seu objetivo era o de ouvir a opinião da comunidade sobre as plantações que tinham sido certificadas pelo FSC. Foi explicado que esta opinião seria encaminhada através de um relatório para as comissões que foram organizadas para fazer uma revisão uma vez que *“entendem que é necessário revisar a experiência e os processos ligados à certificação de plantações em todos os países, a fim de melhorar seu manejo em nível global”*.

Em seguida foi feita a pergunta para os participantes se eles sabiam o que era o FSC. Com exceção de uma liderança da comunidade de Morrinhos, todas as outras dezesseis pessoas das comunidades nunca tinham ouvido falar do FSC. Foi também perguntado se a comunidade sabia que a plantação de eucalipto da V&M Florestal era certificada pelo FSC e nenhum dos presentes também sabiam que a plantação era certificada. Foi necessário então um tempo para explicar a origem do FSC, do processo de certificação, dos direitos e deveres das empresas que recebem o selo.

Em seguida foi solicitado para que os participantes contassem a história da comunidade, antes da chegada das plantações de eucalipto – como foi a mudança e como está hoje. Com os relatos registrados na reunião é possível ter uma visão de como era a comunidade antes da chegada da “Manesmann” – hoje V&M Florestal, as mudanças ocorridas a partir das plantações monoculturais de eucalipto e como está hoje.

A aquisição das terras que resultaram em sua transferência para a “Manesmann” foi um processo que ocorreu de forma muito confusa, como que envolvendo “testas de ferro” que se encarregariam de fazer o serviço sujo. Pessoas que tinham ligações com o cartório (Milton Pinheiro) tomavam a iniciativa de comprar os direitos de posses cujos limites eram imprecisos. No cartório as terras eram registradas, inclusive em áreas que não tinham sido negociadas:

“Tinha uma pessoa que vinha na frente (um deles era o Milton Pinheiro – negociador) e comprava as posses. Depois reunia as terras e a firma registrava no cartório. Quem vendia não sabia nem para quem vendia”. (outro morador)

Dos que venderam as terras, tem dona Chiconia e Dr. Osmar que ainda estão vivos. Ninguém sabe quem era o dono do Buracão e hoje a firma domina.

As pessoas presentes, entre elas os mais velhos, foram unânimes em afirmarem como a comunidade era rica em termos de recursos hídricos até meados dos anos 1970. O córrego Canabrava que tem suas cabeceiras na serra e com inúmeras nascentes e olhos d'água em diversas grotas ao longo do curso, era perene, de muita água e muito brejo. A vegetação era rica em frutas nativas, as pessoas cultivavam arroz nos brejos, e milho e mandioca nas encostas. As terras não eram cercadas, todos tinham o direito de criar e soltar os animais nas áreas de chapada. E comentaram os impactos após os primeiros plantios da monocultura do eucalipto. Vamos a eles:

“Antes era só mato. Tinha muita água. Depois os jericó¹ entraram no brejo e começou a secar. Hoje planta milho no brejo” (morador 1)

“ Antes da firma era muito bom. Tinha muita fruta, muita água, precisava esgotar os brejos, plantava horta. Hoje se a prefeitura não põe poço, não tinha nem morador. Era uma vida mais inocente”. (moradora 2)

“Desmataram as cabeceiras perto do Buracão. Era uma cachoeira forte de água, a gente fazia pequinique lá, a água caindo. Hoje, não existe mais. Quebraram a cabeceira do Canabrava e do Ribeirão da Onça, e os dois rios secaram” (outro morador)

“Depois que o eucalipto chegou, as cisternas minguaram. Poço artesiano ninguém conhecia. Era muito difícil faltar água no rio. Tinha muita palmeira, muito buriti. Engordávamos porco com o fruto da palmeira buriti. Agora, as baixadas aterraram por causa do assoreamento”. (morador 3)

“O povo vivia quarenta anos atrás, era como um índio. Saía e trazia um bicho. Antigamente tinha muito bicho e não era proibido caçar. Hoje não existe mais bicho e é proibido caçar. A chapada era voluntário” (morador 4)

“Era fechado só o lugar de plantar roça. Colhia fruta, remédio, criava gado, produzia dormente/madeira. O eucalipto lavra e enxuga a terra”. (morador 1)

Avaliando a situação atualmente vivida pela comunidade, uma palavra que foi muito repetida durante a reunião foi o termo “liberdade”. Eles comentaram que o processo vivenciado e que se mantêm até hoje está relacionado com a falta de liberdade em comparação com o domínio e as formas de gestão que tinham anteriormente sobre o ambiente e os seus recursos. Um dos exemplos citados foi o caso da Igreja que foi construída no alto de um dos morros pelo primeiro carvoeiro que trabalhou na comunidade. Quando ele foi embora, a comunidade passou a cuidar da igreja como um espaço coletivo. Com a chegada da “Manesmann” o espaço foi privatizado, nem as reformas que a própria comunidade se encarregava era permitida. Inclusive agora com a plantação já certificada, após denúncias de lideranças em reuniões em Montes Claros e Belo Horizonte, a firma propôs ela mesma fazer a reforma, não aceitando que a comunidade tivesse qualquer gerência que pudesse significar autonomia:

Quem construiu a igreja foi um carvoeiro e a comunidade passou depois a manter a igreja. Depois a firma ameaçou prender quem botasse a mão na igreja. (outro morador)

O que vimos no relato dos moradores é que, mesmo com os anos seguidos de plantio do eucalipto, eles (os moradores) continuam mantendo hábitos relacionados com o uso das chapadas cuja paisagem foi brutalmente transfigurada pela monocultura. Como uma forma de resistência cultural, eles continuam soltando os gados na chapada, eles continuam coletando frutos nas áreas em

¹ Fazendo referência ao trator que era empregado na destoca e preparo das terras

regeneração, eles coletam a lenha nas áreas de eucalipto. A “*firma*” considera esta forma de resistência como “*invasão de terras e roubo de madeira em pequena escala*”² e tenta desqualificar as estratégias de sobrevivência de uma população em uma paisagem empobrecida de possibilidades, processando os pais de família envolvidos em tais atividades e aumentando a “segurança” com a contratação de guardas.³

Mesmo com a proibição sistemática da V&M, com a utilização de guardas armados que ameaçam até as crianças que retornam da escola e, pelos caminhos, coletam feixes de lenha, situação que não alterou com a certificação pelo FSC. As criações são proibidas de pastarem nas áreas de chapada, os animais morrem envenenados, o desmatamento em áreas em avançado estágio de regeneração são desmatadas com o uso de correntão⁴, destruindo pequizeiros, pananzeiros e diversas outras frutíferas muito utilizadas pelos humanos e não humanos, os solos continuam assoreando córregos e áreas de lavouras. O uso de agrotóxico continua acontecendo inclusive com a utilização de pulverização aérea. Veja os relatos a seguir:

“Na encosta plantavam milho, feijão, mandioca. A chapada onde criava foi ocupada pelo eucalipto. As criações são proibidas pela firma de pastar na chapada. E quando solta, acontece dos bichos morrerem envenenados” (morador).

Tem áreas que estão regenerando e estão derrubando pana, pequi, mangaba, isto recentemente, passando o correntão. E os pés que por acaso ficam no meio do eucalipto, ficam sufocados.(morador)

Outro dia mesmo eles foram plantar eucalipto. O eucalipto não tem 15 metros da casa onde eu moro. Ano passado a terra entupiu o arrozal. Eles (a firma) não procuram para saber se pode e como deve fazer. Veio a chuva e as enxurradas correram até para dentro das casas. (moradora).

Utilizam avião para pulverizar. Os tratores estão pulverizando veneno para combater a brotação. (morador)

Esta falta de liberdade está também relacionada com os impedimentos que hoje, mesmo com as plantações estando certificadas pelo FSC, o pouco que mudou só aconteceu após as denúncias de algumas das lideranças em reuniões que aconteceram fora da comunidade. Mas o medo de retaliações persiste, principalmente porque depois destas denúncias uma estratégia que a comunidade considera positiva é que ela passou a empregar o povo do lugar, o que não acontecia antes. Outra mudança que aconteceu é que contrataram uma equipe de sociólogos e de assistentes sociais de faculdades de Montes Claros que passaram a reunir com a comunidade e passaram a prometer investimentos como construção de barragens, o estímulo à apicultura, o artesanato.

“Antes não davam emprego. Depois da denúncia de que não empregavam, passaram a dar emprego. Abriram emprego há mais ou menos 5 meses. Mas já tão falando que vão demitir” .(morador)

² De acordo com Resposta pública as partes interessadas relativo ao certificado do FSC emitido pela SGS Qualifor à operação de manejo florestal da Vallourec & Mannesmann Florestal (V&M) Minas Gerais, Brasil Número do certificado de registro SGS-FM/COC-0121 de 4 de junho de 2004

³ “*Esse assunto é particularmente relevante para uma das regiões onde a V&M administra plantações de eucalipto, em Bocaiúva. A empresa instaurou uma ação legal contra os indivíduos que foram observados roubando madeira de eucalipto e/ou aqueles que invadiram as terras da V&M. Enquanto a empresa parece estar tomando medidas para resolver estes problemas tais como, reforçar e equipar, melhorar seus sistemas de verificação e fazendo relatos, estas medidas parecem não serem suficientemente eficazes*” – Idem FSC, junho de 2004.

⁴ O que é proibido na atual legislação do estado.

A promessa de barragem é de executar o serviço em conjunto com a prefeitura. Prometeram barragem. Trouxeram proposta para criar abelha e produzir artesanato. Mas as jovens mudaram por falta de emprego. Ofereceram 20 caixas de apicultura por comunidade. (moradora)

As propostas apresentadas pelos moradores:

Na finalização da reunião, uma das lideranças de uma comunidade vizinha que já acompanhou os debates da certificação em Montes Claros e Belo Horizonte chamou a atenção sobre o processo de revisão:

“Nós precisamos aqui colocar as nossas propostas para subsidiar a reunião do FSC e propor pauta de discussão. Os empreendimentos são internacionais. O povo não é consultado e as coisas não são decididas aqui. Aqui apenas executa. Após 20 anos do início do plantio da monocultura do eucalipto, faz-se necessário repensar o que queremos e o que não queremos. É necessário constante discussão na comunidade. Qual a perspectiva de futuro para a comunidade? O que será daqui a 100-200 anos. É necessário pensar um projeto mais duradouro. Os replantios de eucalipto estão sendo retomados e tem suscitado discussões sobre como este processo deve ser conduzido” (Liderança Local).

1. O plantio deve ser mais afastado, pelo menos 1000 metros afastados das cabeceiras e nascentes e pelo menos 500 metros afastados das divisas com os moradores.
2. Os plantios devem ser feitos de forma que não provoquem assoreamentos.
3. Manter o emprego na região de forma contínua e não apenas de forma temporária.
4. Os plantios não podem prejudicar os mananciais. Precisa ter um planejamento mais sério, que limite a área cultivada considerando as pequenas bacias hidrográficas locais.
5. É preciso garantir terra para os que não tem terra ou tem pouca terra.
6. A comunidade deve opinar sobre as áreas que podem ser desmatadas e as áreas que não devem ser desmatadas
7. O rio Canabrava precisa ser recuperado, não apenas com a construção de pequenas barragens, mas com a recomposição das áreas de recarga, cabeceiras e nascentes.
8. As áreas em regeneração não devem ser desmatadas e não deve haver restrição de acesso aos moradores para fazerem o extrativismo.
9. Definitivamente não deve ser utilizado o correntão em desmatamento.
10. Não deve ser utilizado avião para aplicação de agrotóxicos.
11. A segurança contratada pela firma não deve ameaçar os moradores com armas de fogo e a questão dos denominados “roubo de madeiras” deve ser tratado como uma questão social e não judicial.

A nossa posição sobre as questões apresentadas:

A reunião realizada na comunidade de Canabrava nos mostrou diversos vieses que sinalizam objetivamente a insuficiência dos “Padrões de Certificação do FSC para o Manejo de Plantações no Brasil”. Se considerarmos que as plantações da VM no entorno da comunidade encontram-se certificadas desde 1999, como as comunidades impactadas que vivem em seu entorno ignoram totalmente, até hoje, os processos de certificação? Por outro lado vimos que as medidas efetivamente tomadas nunca passaram de ações meramente paliativas que não escondem a origem do questão: até que ponto pode ser considerado como sustentável a certificação de grandes monoculturas que causam grandes impactos ambientais e, ainda por cima, deixam encurraladas e sem opções de vida as comunidades que vivem no seu entorno?

4 de abril de 2006

Assinam este documento:

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE

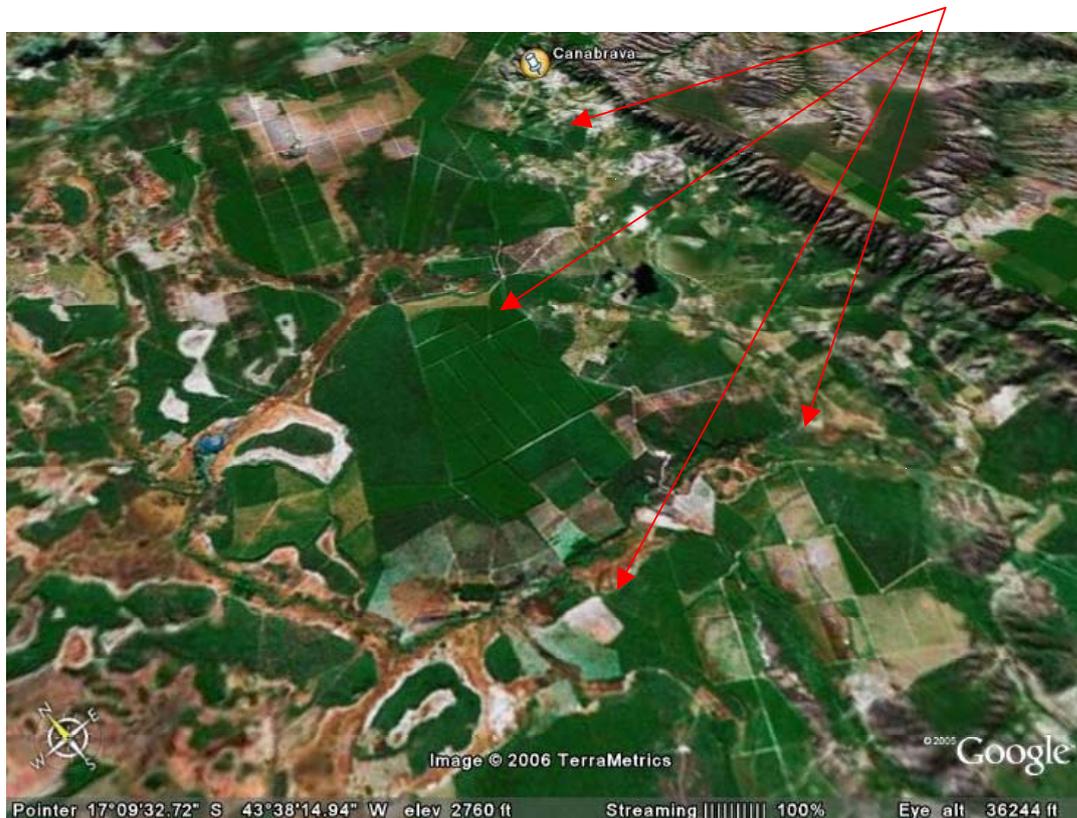
- *Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas*
- *Comissão Pastoral da Terra*
- *Núcleo de Agricultura Sustentável do Cerrado – NASCer*
- *Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas*
- *FASE ES*
- *CEPEDES*

ANEXOS:

Fotos tiradas durante a reunião



Vista área dos maciços de eucalipto da VM e o encurralamento na comunidade de Canabrava



Resposta pública as partes interessadas relativo ao certificado do FSC emitido pela SGS Qualifor à operação de manejo florestal da Vallourec & Mannesmann Florestal (V&M) Minas Gerais, Brasil Número do certificado de registro SGS-FM/COC-0121 4 de junho de 2004

“Invasão de terras e roubo de madeira em pequena escala”

“De acordo com as informações que a equipe de monitoramento do FSC reuniu no campo, o roubo de madeira em pequena escala pelos produtores rurais e invasões de algumas áreas ocorrem na V&M. Isto é rapidamente descrito no Relatório Público Sumário de Certificação e nas descobertas da equipe de avaliação da SGS resultantes da consulta das partes interessadas durante o processo de re-certificação.

Alguns vizinhos têm construído seus próprios fornos de carvão vegetal e eles usam madeira das áreas de plantação da V&M como suprimento de matéria-prima para sua produção de carvão vegetal em pequena escala. Diretores da V&M mostraram para a equipe de monitoramento do FSC a propriedade de um desses vizinhos e explicou que na maioria dos casos eles não são fazendeiros de subsistência, mas vizinhos financeiramente mais seguros. Isto pôde ser confirmado em um caso particular observado. Diretores da V&M expressaram sua preocupação sobre essa situação, e eles explicaram que eles estão preocupados que esta atividade possa estender a vegetação nativa em áreas protegidas, na qual produziria danos mais significantes do que as práticas atuais de roubo de madeira de eucalipto em pequena escala. Esse assunto é particularmente relevante para uma das regiões onde a V&M administra plantações de eucalipto, em Bocaiúva. A empresa instaurou uma ação legal contra os indivíduos que foram observados roubando madeira de eucalipto e/ou aqueles que invadiram as terras da V&M. Enquanto a empresa parece estar tomando medidas para resolver estes problemas tais como, reforçar e equipar, melhorar seus sistemas de verificação e fazendo relatos, estas medidas parecem não serem suficientemente eficazes”.(pág 8)